

EDUCAÇÃO, SABERES TRADICIONAIS E CULTURA AMAZÔNICA

EDUCATION, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND AMAZONIAN CULTURE

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 14/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784010166](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784010166)

Sônia Cordeiro de Souza Araujo

RESUMO

A educação intercultural na Amazônia constitui o tema central deste artigo, que analisa as potencialidades e os desafios de uma prática pedagógica voltada à integração dos saberes tradicionais e da cultura local no cotidiano escolar. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de nível descritivo e exploratório, por meio de um delineamento bibliográfico e documental fundamentado nos preceitos da Análise de Conteúdo. Os resultados revelam um severo descompasso entre o avançado arcabouço legal vigente e a realidade prática das escolas da floresta, evidenciando entraves severos como a rigidez curricular imposta pela Base Nacional Comum Curricular, a crônica exclusão digital e a persistente defasagem na formação inicial de professores. Em contrapartida, a pesquisa identifica metodologias ativas consolidadas, como a Pedagogia da Alternância e a pedagogia das águas, que funcionam como eficientes ferramentas de ecologia de saberes e resistência identitária. Conclui-se que a consolidação de uma escola sustentável no bioma depende fundamentalmente da superação do silenciamento epistêmico sofrido pelas populações locais, demandando reformas na governança educacional regional e na qualificação docente para salvaguardar a sociobiodiversidade do território frente à crise climática global.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Saberes Tradicionais; Cultura Amazônica; Práticas Pedagógicas; Formação de Professores.

ABSTRACT

Intercultural education in the Amazon constitutes the central theme of this article, which analyzes the potentialities and challenges of a pedagogical practice aimed at integrating traditional knowledge and local culture into daily school life. The study adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach through a bibliographic and

documentary design grounded in the principles of Content Analysis. The results reveal a severe mismatch between the advanced legal framework in force and the practical reality of forest schools, highlighting severe obstacles such as the curricular rigidity imposed by the National Common Curricular Base, chronic digital exclusion, and the persistent lag in initial teacher training. In contrast, the research identifies consolidated active methodologies, such as the Pedagogy of Alternation and the pedagogy of waters, which function as efficient tools for the ecology of knowledges and identity resistance. It concludes that the consolidation of a sustainable school in the biome depends fundamentally on overcoming the epistemic silencing suffered by local populations, demanding reforms in regional educational governance and teacher qualification to safeguard the territory's sociobiodiversity against the global climate crisis.

Keywords: Intercultural Education; Traditional Knowledge; Amazonian Culture; Pedagogical Practices; Teacher Training.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é frequentemente descrita por sua imensa biodiversidade, mas sua maior riqueza reside na complexidade de sua sociodiversidade. Há séculos, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas habitam a região, desenvolvendo um vasto ecossistema de saberes tradicionais que envolvem a medicina da floresta, o manejo sustentável da terra e a leitura dos ciclos da natureza (Silva; Santos, 2018). Conforme apontam Carvalho et al. (2020), esses conhecimentos não são meras curiosidades folclóricas; constituem uma ciência viva, essencial para a preservação do bioma e para a sobrevivência cultural de suas comunidades diante das transformações climáticas globais.

No entanto, historicamente, o sistema educacional formal tendeu a ignorar ou marginalizar essas epistemologias locais. Arroyo (2011) discute como a imposição de um modelo de ensino eurocêntrico e urbano desconsidera a realidade amazônica, operando um processo de silenciamento cultural dentro do ambiente escolar. Diante desse cenário, emerge a necessidade de compreender a escola não como um polo difusor de uma cultura única, mas como um espaço de diálogo intercultural, onde a ciência acadêmica e os saberes tradicionais caminhem de forma horizontal e cooperativa (Souza, 2015).

A articulação entre educação, saberes tradicionais e cultura amazônica ganha urgência em um momento em que o debate internacional se volta para a região em busca de respostas para a crise climática. Uma educação contextualizada e valorizadora da identidade local vai além da transmissão de conteúdos programáticos; ela se torna um ato de resistência política e cultural. Quando a escola acolhe a memória dos anciãos e a dinâmica da floresta, ela fortalece o pertencimento dos estudantes e forma cidadãos conscientes de seu papel na salvaguarda desse território.

Apesar da relevância desse debate, observa-se uma lacuna na implementação prática de propostas pedagógicas que de fato superem o currículo engessado e promovam essa integração no cotidiano escolar de forma contínua. Diante disso, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são as principais potencialidades e desafios pedagógicos enfrentados por educadores na tentativa de integrar os saberes tradicionais e a cultura amazônica no cotidiano das escolas da região?

A relevância teórica e prática desta pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de subsidiar a criação de metodologias de ensino que dialoguem com a realidade dos povos da floresta, oferecendo caminhos práticos para a consolidação de uma educação genuinamente intercultural. Além disso, o estudo se justifica socialmente ao dar visibilidade à identidade amazônica como ferramenta de salvaguarda ambiental e resistência cultural. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios de uma prática pedagógica que integre a cultura amazônica e os saberes tradicionais no cotidiano escolar, defendendo que a sustentabilidade da região depende, fundamentalmente, do fortalecimento da identidade de seus povos através da educação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Epistemologias da Floresta Versus Eurocentrismo Curricular

O debate acerca da educação na Amazônia exige, fundamentalmente, uma reflexão sobre a disputa de saberes que ocorre no espaço escolar. Historicamente, o currículo formal tendeu a silenciar as cosmovisões e as práticas cotidianas das populações locais em detrimento de uma matriz de conhecimento estritamente urbana e eurocêntrica. De acordo com Almeida (2018), esse processo opera um apagamento sistemático da vivência de povos indígenas, quilombolas e extrativistas, tratando suas ciências territoriais como meros apêndices folclóricos, desprovidos de validade acadêmica.

Esse distanciamento curricular se manifesta de forma acentuada no choque entre a tradição escrita exigida pelas instituições e a rica memória oral que estrutura a transmissão do conhecimento nas

comunidades. Nascimento e Gomes (2017) ressaltam que as tensões entre a cultura escrita e a oralidade nas escolas rurais amazônicas enfraquecem o papel pedagógico dos próprios idosos e lideranças comunitárias. No entanto, é precisamente por meio da voz dessas referências locais que o saber tradicional se perpetua. Sobre isso, Costa (2020) defende que a oralidade e a memória dos anciãos devem ser entendidas como instrumentos epistemológicos legítimos, capazes de promover um senso profundo de pertencimento e de redefinir o espaço de aprendizagem.

2.2. Políticas Públicas, Padronização e Território

A implementação de políticas educacionais na região Norte esbarra na complexidade geográfica e na diversidade sociocultural de suas comunidades. A centralização das diretrizes curriculares nacionais frequentemente falha em captar as especificidades dos modos de vida locais. Santos e Pinto (2021) apontam que há um descompasso estrutural no momento de traduzir as políticas públicas federais para o contexto amazônico, gerando modelos escolares que ignoram o ritmo da floresta e dos rios.

Esse cenário de invisibilização acentuou-se com as recentes reformas educacionais do país. Rodrigues (2020) analisa os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando que a padronização curricular imposta pelo documento desconsidera as peculiaridades das escolas rurais e das salas multisseriadas do Norte, sufocando as tentativas de construção de cronogramas integrados aos ciclos da natureza. Ademais, legislações essenciais criadas para mitigar essas assimetrias históricas ainda enfrentam severos obstáculos institucionais. Ao analisarem os desdobramentos de políticas de ação afirmativa curricular, Silva e Oliveira (2019) pontuam

que mesmo após mais de uma década da promulgação da Lei nº 11.645/08, a inserção efetiva da temática indígena na educação básica ainda oscila entre avanços pontuais e persistentes retrocessos burocráticos.

Para além das barreiras legais e curriculares, as próprias condições físicas e estruturais das escolas nas áreas mais isoladas impõem severos limites à equidade educativa. Teixeira e Araújo (2023) argumentam que a crônica exclusão digital e a precária infraestrutura escolar no interior amazônico isolam as comunidades ribeirinhas, aprofundando as desigualdades em relação aos grandes centros urbanos. Assim, a negação do direito à educação qualificada e contextualizada entrelaça-se diretamente com conflitos territoriais históricos. De acordo com Maciel (2024), a escola nos territórios quilombolas, por exemplo, assume um papel que transcende o letramento tradicional, constituindo-se como uma trincheira de resistência cultural essencial para a própria manutenção física e jurídica do território contra pressões externas.

2.3. Práticas Interculturais e a Ecologia de Saberes

Apesar do panorama de desafios, pesquisas recentes demonstram que a construção de propostas pedagógicas alternativas não apenas é possível, mas já se encontra em andamento por meio de experiências contra-hegemônicas. Uma das principais referências de sucesso na região é o modelo que integra a formação escolar à rotina produtiva e comunitária dos educandos. Barbosa e Freitas (2019) demonstram que a Pedagogia da Alternância na Amazônia oferece um caminho viável para uma educação contextualizada, ao alternar períodos de aprendizado na escola com períodos de aplicação prática e convivência no seio das comunidades rurais.

Essa aproximação exige o que a literatura contemporânea conceitua como "ecologia de saberes", ou seja, o diálogo horizontal entre a ciência acadêmica e o conhecimento tradicional. Souza et al. (2023) ilustram essa possibilidade ao investigarem projetos pedagógicos que integram a fitoterapia tradicional das parteiras e benzedadeiras às aulas de Ciências da Natureza no ensino fundamental, validando a eficácia e o rigor de ambas as matrizes de pensamento. Metodologicamente, esse intercâmbio de saberes ganha contornos práticos por meio de estratégias de imersão. Mendonça (2022) destaca o uso de inventários culturais em sala de aula como uma metodologia de pesquisa-ação eficaz para mapear a identidade amazônica e engajar os discentes na investigação de suas próprias raízes históricas e ambientais.

Em termos práticos, nas comunidades que dependem vitalmente da bacia hidrográfica regional, esse modelo assume a forma de uma pedagogia voltada à realidade local. Ferreira e Lima (2021) propõem o fortalecimento de uma "pedagogia das águas", estruturada a partir das territorialidades e saberes ribeirinhos, de forma a integrar os eixos de biologia, geografia e história local à dinâmica hídrica regional. No entanto, a viabilização de tais práticas esbarra diretamente nas defasagens da formação docente. Carvalho e Martins (2020) sublinham que o grande desafio atual reside na formação de professores aptos a atuar nas chamadas "escolas da floresta", visto que as licenciaturas tradicionais continuam a preparar os profissionais sob uma lógica estritamente urbana.

A sustentabilidade da região e a mitigação dos impactos climáticos globais demandam um novo olhar sobre o papel formativo das novas gerações. Como bem sintetizam Vieira e Santiago (2025), o futuro da Amazônia passa, obrigatoriamente, por uma escola

alicerçada na educação intercultural, demonstrando que a conservação do bioma é indissociável da proteção e do fortalecimento das identidades de seus povos tradicionais.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de nível descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de um delineamento bibliográfico e documental. A opção por esta metodologia justifica-se pela necessidade de mapear, reunir e analisar criticamente a produção científica e as diretrizes legais que fundamentam a interseção entre a educação formal, os saberes tradicionais e a cultura amazônica. O universo da pesquisa foi constituído por duas vertentes complementares de dados: as fontes bibliográficas, compostas por artigos científicos revisados por pares, dissertações, teses e livros de autores de referência que discutem o etnodesenvolvimento, a educação intercultural e a epistemologia dos povos amazônidas; e as fontes documentais, constituídas por documentos oficiais e dispositivos legais que regem a educação na região e a valorização das identidades locais, tais como a Lei nº 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e Quilombola, e planos de educação estaduais e municipais da região Norte.

A busca pelo material bibliográfico foi realizada de forma sistemática durante o primeiro semestre de 2026, abrangendo as bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Google Acadêmico e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para o refinamento das buscas, foram combinados operadores booleanos

com os seguintes descritores em língua portuguesa: "Educação" AND "Saberes Tradicionais" AND "Amazônia"; "Cultura Amazônica" AND "Currículo Escolar"; e "Educação Intercultural" AND "Povos da Floresta". Como critérios de inclusão, foram selecionados trabalhos publicados nos últimos dez anos, disponíveis na íntegra de forma gratuita, e que discutissem diretamente práticas pedagógicas voltadas para as populações tradicionais da Amazônia, tais como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e indígenas. Foram excluídos os artigos duplicados entre as bases, textos que abordavam a educação ambiental de forma estritamente biológica, sem o viés cultural e humano, e revisões de literatura muito genéricas.

Após a triagem inicial por meio da leitura dos títulos e resumos, o *corpus* final de análise foi submetido a uma leitura flutuante e, posteriormente, a uma leitura aprofundada. O tratamento, a tabulação e a interpretação dos dados basearam-se nos preceitos da Análise de Conteúdo, permitindo categorizar as informações coletadas em três eixos temáticos fundamentais que estruturam a discussão deste artigo. O primeiro eixo examina o arcabouço legal e político, analisando o alinhamento e o distanciamento entre as leis de valorização cultural e a realidade prática das escolas amazônicas. O segundo eixo debate a relação entre as epistemologias da floresta e o eurocentrismo, discutindo o conflito histórico e a busca por um diálogo entre o conhecimento científico e o saber tradicional pautado na oralidade, nos ciclos da natureza e na medicina tradicional. Por fim, o terceiro eixo aborda as práticas pedagógicas interculturais, realizando o mapeamento de propostas e experiências bem-sucedidas de inserção da cultura local nos currículos escolares da região.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. O Arcabouço Legal e Político: O Descompasso Entre a Norma e a Realidade Escolar

O primeiro eixo de análise concentrou-se no mapeamento dos dispositivos legais que regem a valorização da diversidade cultural nas escolas brasileiras, com recorte específico para a região Norte. A análise documental evidenciou que o Brasil possui um arcabouço jurídico robusto e teoricamente progressista no que tange à garantia de uma educação diferenciada e intercultural. Legislações federais como a Lei nº 11.645/2008 estabelecem a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira, enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e Quilombola asseguram o respeito aos territórios e às memórias coletivas.

Contudo, o confronto desses dados documentais com a literatura revelou um severo distanciamento entre o texto legal e a sua efetivação cotidiana. Silva e Oliveira (2019) apontam que a implementação da Lei nº 11.645/2008 na região amazônica ainda enfrenta forte resistência institucional e burocrática, oscilando entre práticas esporádicas — muitas vezes restritas a datas comemorativas — e um visível retrocesso pedagógico. Essa fragilidade é amplificada quando analisada sob a ótica da governança regional. Conforme sublinham Santos e Pinto (2021), as instâncias locais de ensino falham ao traduzir as diretrizes federais para as realidades geográficas do Norte, resultando em um modelo administrativo que desconsidera as distâncias e as dinâmicas comunitárias.

Este descompasso ganhou contornos ainda mais críticos a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os dados bibliográficos indicam que a centralização imposta pela BNCC

funciona como um vetor de invisibilização das escolas periféricas. Endossando essa leitura, Rodrigues (2020) adverte que a padronização curricular nacional sufoca a flexibilidade necessária para atender às salas de aula multisseriadas e às escolas rurais do Norte, compelindo os educadores a priorizarem conteúdos universais em detrimento das realidades imediatas dos estudantes. Somado a isso, as deficiências estruturais históricas emergem como barreiras físicas à própria aplicação da lei. Como evidenciado por Teixeira e Araújo (2023), o isolamento tecnológico e a precária infraestrutura das escolas ribeirinhas aprofundam a exclusão digital, inviabilizando que essas instituições acessem recursos didáticos diversificados ou desenvolvam as competências contemporâneas exigidas pelo próprio Ministério da Educação.

Para sintetizar os principais achados deste primeiro eixo, a tabela abaixo confronta os direitos garantidos pela legislação vigente com os principais obstáculos práticos identificados no cotidiano escolar amazônico:

DISPOSITIVO LEGAL / DIRETRIZ	PRERROGATIVA GARANTIDA	OBSTÁCULO PRÁTICO NA REALIDADE AMAZÔNICA
Lei nº 11.645/2008	Inclusão obrigatória da história e cultura indígena e afro-brasileira no currículo.	Aplicação superficial, frequentemente restrita a eventos folclóricos pontuais (Silva e Oliveira, 2019).
Diretrizes para Educação Quilombola e Indígena	Respeito à territorialidade, autonomia pedagógica e valorização das memórias.	Descompasso na tradução das políticas federais pelas secretarias locais de ensino (Santos e Pinto, 2021).
Flexibilização Curricular	Autonomia para adaptação do ensino à	Rigidez e padronização impostas pelas metas e

	realidade e ao calendário local.	avaliações da BNCC (Rodrigues, 2020).
Universalização do Ensino	Acesso equitativo a insumos pedagógicos e recursos de aprendizagem.	Crônica exclusão digital e infraestrutura precária nas comunidades ribeirinhas (Teixeira e Araújo, 2023).

Diante dos dados apresentados, este estudo defende que o insucesso na consolidação das políticas públicas educacionais na Amazônia não decorre da falta de leis, mas sim da ausência de mecanismos de fiscalização, fomento e adequação infraestrutural que permitam à escola formal cumprir o seu papel legal de valorização das identidades locais.

4.2. Epistemologias da Floresta Versus Eurocentrismo: O Choque de Matrizes Racionais

O segundo eixo temático investigou a tensão cultural e cognitiva que ocorre no interior da sala de aula quando a matriz de conhecimento científica acadêmica encontra os saberes tradicionais. Os dados demonstram que a escola formal na Amazônia historicamente atuou como um braço do pensamento eurocêntrico e urbano, tratando o conhecimento empírico das populações locais sob uma ótica de inferioridade ou superstição. Almeida (2018) conceitua essa dinâmica como um "silenciamento epistêmico", onde os saberes sobre a medicina da floresta, a ecologia fluvial e as técnicas agrícolas tradicionais são sistematicamente deslegitimados pelo currículo hegemônico.

A principal manifestação dessa assimetria ocorre no choque entre a supremacia dada à cultura escrita e a desvalorização da memória oral. As pesquisas revelam que a estrutura escolar tradicional não

possui ferramentas pedagógicas para acolher o conhecimento que não está codificado em livros. De acordo com Nascimento e Gomes (2017), a rigidez dos currículos escritos das escolas rurais amazônicas entra em conflito direto com as dinâmicas de transmissão oral das comunidades. O reflexo imediato desse conflito é o afastamento dos anciãos e das lideranças tradicionais do processo formativo dos jovens discentes.

No entanto, a literatura confrontada aponta que a superação desse silenciamento exige a reabilitação da oralidade como método científico e pedagógico válido. Costa (2020) argumenta que a voz e a memória dos anciãos são instâncias produtoras de conhecimento que ancoram a identidade e a permanência do estudante em seu território originário. A negação desses saberes não apenas fragiliza o aprendizado formal, mas atua como um acelerador da perda cultural. Nos territórios mais vulneráveis, essa disputa epistemológica ganha contornos de sobrevivência material. Maciel (2024) reforça essa perspectiva ao demonstrar que, nas comunidades quilombolas, a afirmação dos saberes ancestrais no ambiente escolar funciona como um instrumento indissociável da luta pela regularização e proteção física de suas terras frente ao avanço de pressões externas.

4.3. Práticas Pedagógicas Interculturais: Experiências de Conexão e a Formação Docente

O terceiro e último eixo dedicou-se a mapear as propostas pedagógicas contra-hegemônicas que buscam construir uma "ecologia de saberes", isto é, a convivência horizontal e cooperativa entre a ciência acadêmica e a sabedoria tradicional. Os resultados indicam que, apesar dos entraves estruturais descritos nos eixos

anteriores, existem metodologias ativas que demonstram a viabilidade prática da educação intercultural no bioma amazônico.

O modelo de maior impacto identificado na revisão literária é a Pedagogia da Alternância. Barbosa e Freitas (2019) evidenciam que essa abordagem pedagógica responde diretamente às necessidades do campo ao integrar o tempo-escola ao tempo-comunidade, permitindo que o estudante aplique os conhecimentos formais na rotina produtiva familiar sem se desligar de sua identidade sociocultural. Outra experiência prática bem-sucedida reside na reorganização dos conteúdos das ciências naturais a partir da realidade local. O estudo de Souza et al. (2023) ilustra como o diálogo entre a fitoterapia tradicional (o conhecimento das plantas medicinais dominado pelas benzedadeiras e parteiras) e os conceitos biológicos acadêmicos enriquece o ensino fundamental, transformando o saber popular em ponto de partida para a investigação científica.

Para operacionalizar essa integração em sala de aula, ferramentas de pesquisa-ação têm se mostrado altamente eficazes. Mendonça (2022) destaca o uso pedagógico dos inventários culturais como instrumentos capazes de engajar os alunos no mapeamento de suas próprias manifestações identitárias, transformando a comunidade em um laboratório vivo. Nas regiões dependentes das bacias hidrográficas, essa territorialização assume o caráter de uma "pedagogia das águas". Conforme formulado por Ferreira e Lima (2021), essa proposta reconfigura as matrizes curriculares de história, geografia e biologia para orbitarem em torno do ciclo dos rios e das territorialidades ribeirinhas, conferindo sentido prático imediato ao conteúdo escolar.

Contudo, a análise dos dados revela que a expansão dessas práticas inovadoras enfrenta um gargalo crítico na qualificação dos profissionais da educação. A literatura aponta que a maioria dos docentes que atuam na Amazônia não foi preparada para lidar com a diversidade epistêmica da floresta. Carvalho e Martins (2020) sublinham que as matrizes curriculares das licenciaturas brasileiras permanecem presas a modelos urbanocentros, gerando professores que replicam a exclusão de saberes por pura falta de instrumentalização metodológica. Desse modo, a viabilização de uma escola sustentável e que responda à crise climática global depende, como concluem Vieira e Santiago (2025), de uma reforma urgente na formação docente, consolidando a perspectiva intercultural como o único caminho possível para salvaguardar os povos e o território amazônico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises decorrentes deste estudo documental e bibliográfico evidenciam que o objetivo geral de analisar as potencialidades e os desafios da integração dos saberes tradicionais no cotidiano escolar amazônico é plenamente atingido. O trabalho responde de forma clara à pergunta de pesquisa formulada na introdução, demonstrando que as principais potencialidades residem na existência de metodologias ativas consolidadas — como a Pedagogia da Alternância, os inventários culturais e a pedagogia das águas —, as quais promovem a ecologia de saberes, valorizam a memória oral dos anciãos e fortalecem o pertencimento identitário dos estudantes como ferramenta de salvaguarda ambiental.

Em contrapartida, a pesquisa revela que os desafios pedagógicos enfrentados se concentram no acentuado descompasso entre o

avançado arcabouço legal vigente e a realidade prática das instituições de ensino. Esse distanciamento manifesta-se na rigidez de avaliações e na padronização curricular impostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as quais sufocam a autonomia das escolas da floresta. Além disso, constata-se que a crônica exclusão digital, a precária infraestrutura das comunidades ribeirinhas e, fundamentalmente, a defasagem na formação inicial de professores — que continuam a ser preparados sob matrizes puramente urbanocêntricas — atuam como severos entraves para a consolidação de uma prática pedagógica genuinamente intercultural.

Como principal contribuição teórica e prática, este estudo demarca que a sustentabilidade e a preservação do bioma amazônico diante da crise climática global dependem diretamente da superação do silenciamento epistêmico sofrido pelas populações locais dentro do ambiente escolar. A nova descoberta desta pesquisa reside na constatação de que o insucesso da educação contextualizada na região Norte não decorre da falta de amparo legal ou da ausência de metodologias viáveis, mas sim de uma falha crônica de governança na tradução de diretrizes federais pelas esferas administrativas locais, combinada com a falta de fomento para a qualificação de educadores interculturais.

Como limitação metodológica do presente estudo, aponta-se a dependência exclusiva de dados de bases bibliográficas e documentais secundárias, o que restringe a apreensão imediata das subjetividades e das rotinas pedagógicas vivenciadas no chão da escola. Para pesquisas futuras, sugere-se uma modificação no método por meio da incorporação de abordagens de campo de natureza etnográfica. Recomenda-se a realização de estudos de

caso com a aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação participante junto a docentes e lideranças comunitárias da região Norte, permitindo mensurar empiricamente o impacto direto das práticas interculturais na taxa de evasão escolar e no fortalecimento socioambiental das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. S. Epistemologias da floresta e o silenciamento dos saberes tradicionais na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230045, 2018.

BARBOSA, J. C.; FREITAS, R. M. Pedagogia da alternância na Amazônia: caminhos para uma educação contextualizada. **Educação & Sociedade**, v. 40, e021432, 2019.

CARVALHO, L. A.; MARTINS, F. O desafio da formação de professores para as escolas da floresta na região Norte. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-18, 2020.

COSTA, E. B. A voz dos anciãos: oralidade e memória na educação de comunidades tradicionais. **Revista Cocar**, v. 14, n. 29, p. 45-63, 2020.

FERREIRA, A. C.; LIMA, T. S. Territorialidades e saberes ribeirinhos: por uma pedagogia das águas na Amazônia. **Gesta: Revista de Gestão Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 112-129, 2021.

MACIEL, R. S. Conflitos territoriais e a resistência cultural através da educação escolar quilombola. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 63, p. 89-107, 2024.

MENDONÇA, T. Inventários culturais na escola: a metodologia da pesquisa-ação com foco na identidade amazônica. **Revista Eletrônica de Educação (REVEDU)**, v. 16, e312405, 2022.

NASCIMENTO, R. G.; GOMES, M. A. Cultura escrita e oralidade: tensões no currículo das escolas rurais amazônicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 589-604, 2017.

RODRIGUES, P. S. A BNCC e a padronização curricular: impactos nas escolas rurais e multisseriadas do Norte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 107, p. 412-433, 2020.

SANTOS, J. M.; PINTO, A. R. Políticas públicas educacionais na Amazônia: a tradução local das diretrizes nacionais. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 12, p. 1-22, 2021.

SILVA, F. A.; OLIVEIRA, M. N. Dez anos da Lei 11.645/08: avanços e retrocessos na inserção da temática indígena na educação básica. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 61, p. 754-776, 2019.

SOUZA, C. R. et al. Ecologia de saberes: integrando a fitoterapia tradicional e as ciências da natureza no ensino fundamental. **Ciência & Educação**, v. 29, e23011, 2023.

TEIXEIRA, M. G.; ARAÚJO, L. F. Exclusão digital e infraestrutura escolar nas comunidades ribeirinhas do interior amazônico. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 16, e42150, 2023.

VIEIRA, H. S.; SANTIAGO, R. O futuro da Amazônia passa pela escola: educação intercultural e sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, e0188, 2025.

